

QUAL O GÊNERO DO SEU MIJO?

Uma reflexão sobre a luta por políticas de afirmação de gêneros dissidentes na utilização de banheiros públicos dentro da UFPB

WHAT GENDER IS YOUR PISS?

A reflection on the struggle for policies affirming dissident genders in the use of public bathrooms within the UFPB

Luciana Maria Ribeiro de Oliveira¹

UFPB

Ayira Sizernando Liberato²

UFPB

Gabriella kollontai Silva³

UFPB

Jota Joana Cabral Fagundes Isnard⁴

UFPB

Murilo Bento Lorenzi Catunda⁵

UFPB

RESUMO

O ambiente universitário é um espaço de disputas narrativas, teóricas e políticas. Quando pessoas trans, travestis e não binárias falam a respeito de como são suas vivências e permanências dentro de instituições educacionais, é possível perceber o quão primárias ainda precisam ser as discussões para que lhes sejam assegurados os direitos mais básicos, tais como a utilização de banheiros de acordo com sua identidade de gênero autodeclarada. Este artigo parte da ideia de que os banheiros públicos são algo muito além de simples locais de despejo de dejetos, são principalmente, espaços arquitetônicos construídos a partir de uma “máquina-capital-heterossexual” (Preciado, 2019) que cumprem um papel de reafirmação e de

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais/DCS/CCAIE/Campus IV/UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/PPGA/UFPB.

² Mestranda em Antropologia/PPGA/UFPB.

³ Graduanda em Serviço Social/UFPB.

⁴ Graduanda em Ciências Sociais/UFPB.

⁵ Graduando em Antropologia/UFPB.

reprodução de gêneros. As considerações apontadas ao longo do texto constituem-se principalmente em um relato de experiência de extensão universitária que contextualiza violências cotidianas sofridas na utilização de banheiros por parte da população trans, travesti e não binária na UFPB, bem como, a consequente luta empreendida nos anos de 2022 e 2023 pelo projeto de extensão Cine Trava (PROEX/UFPB), em conjunto com outros coletivos, que resultou na construção política e aprovação da minuta de utilização de banheiros de acordo com a identidade de gênero autodeclarada, aprovada em dezembro de 2023 pelo conselho universitário da referida universidade. Tal medida foi um marco na luta por direitos, sendo resultado de um longo diálogo, esforços e forças coletivas de corpos dissidentes. Por fim, destaca-se que a recente implementação dessa política ainda enfrenta desafios, incluindo resistências culturais e institucionais.

Palavras-chave: Banheiro; Gênero; Universidade; Políticas.

ABSTRACT

The university environment is a space for narrative, theoretical, and political disputes. When trans, transvestite, and non-binary individuals share their experiences within educational institutions, it becomes evident how fundamental discussions remain in securing basic rights, such as the use of bathrooms aligned with self-declared gender identity. This article begins with the premise that public bathrooms serve purposes far beyond their utilitarian function; they are architectural spaces shaped by a “heterosexual capital-machine” (Preciado, 2019), reinforcing and reproducing gender norms. The reflections presented here draw primarily from a university extension initiative that documents the daily violence faced by trans, transvestite, and non-binary individuals at UFPB when accessing bathrooms, as well as the ensuing struggle led by the Cine Trava extension project (PROEX/UFPB) in collaboration with other collectives. These efforts culminated in the political construction and approval, in December 2023, of a university council policy allowing bathroom use in accordance with self-declared gender identity. This policy represents a significant milestone in the fight for rights, achieved through sustained dialogue, collective action, and the mobilization of dissident bodies. Nonetheless, its

recent implementation continues to encounter challenges, including cultural and institutional resistance

Keywords: Bathroom; Gender; University; Political.

INTRODUÇÃO

As universidades públicas, tradicionalmente vistas como espaços de conhecimento democrático, progressista e inclusivo, revelam-se também como um campo de intensas disputas. Essas disputas se manifestam de forma narrativa, teórica e também política, e refletem as diversas realidades e experiências vividas dentro de suas paredes.

No atual centro de suas tensões, encontramos narrativas que expõem falhas CISTêmicas (LIBERATO, 2022) em garantir direitos fundamentais, como também, a reprodução institucional da transfobia já tão enraizada em nossa sociedade. Um exemplo básico de falha CISTêmica é a questão da utilização de banheiros públicos segregados por sexo que, apesar de parecer trivial e banal para muitas pessoas cis-gêneras, o uso destes por pessoas trans, travestis e não binárias se torna uma arena de batalhas cotidianas, pois que, a cisgeneridade e o “sistema capitalista-cis-heterossexual” (Preciado, 2019) transformam os banheiros públicos em espaços de controle e reprodução de normas de gênero.

A categoria gênero pode ser uma forma de exemplificarmos como podemos separar pessoas. Essa falácia é perpetuada desde muito tempo (aqui obviamente nos momentos de colonização pelos quais passamos e ainda estamos passando), afinal o gênero pode nos unir (como um coletivo de pessoas) ou nos colocar à margem. A categoria gênero, organizada a partir de uma perspectiva homem *versus* mulher, produz exclusões e necropolíticas, pois trabalha a partir de binariedades e oposições. Assim, quando pensamos sobre a reprodução de espaços de controle de corpos não cisgêneros, provocamos exclusão. A artista trans não binária Jota Mombaça (2015) aponta o quanto o espaço acadêmico é um espaço arquitetônico que cumpre um papel de reafirmação e de reprodução de gêneros, produzindo certas vozes (dissidentes) como ausentes em regimes de verdade dentro dos quais não há possibilidade de conhecimento, fala e, muito menos, ação/prática.

Tais análises iniciais serão aprofundadas no decorrer deste artigo e são fundamentais para compreendermos as dificuldades enfrentadas por pessoas trans, travestis e não binárias em utilizarem banheiros públicos de instituições universitárias brasileiras.

Nesse contexto, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), localizada no nordeste brasileiro, tem sido palco significativo de embates, tensões e lutas, mas também, de algumas conquistas. Nos anos de 2022 e 2023, o projeto de extensão Cine Trava (edital PROEX), o projeto de extensão Bixa Exibida (edital UFPB No Seu Município), o Comitê de Políticas de Enfrentamento e Prevenção à Violência Contra as Mulheres da UFPB (COMU), o Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP), o Diretório Central dos Estudante (DCE), o Movimento Estudantil OCUPA/UFPB, dentre outros coletivos, organizaram uma série de mobilizações em protesto a mais um caso corriqueiro de transfobia ocorrido em um dos banheiro da Universidade no ano de 2022, que repercutiu interna e externamente, ganhando atenção tanto de dentro da UFPB, como também de jornais e de mídias sociais. As mobilizações culminaram na escrita, propositura e, por fim, aprovação de uma resolução histórica em dezembro de 2023 pelo Conselho Superior Universitário (CONSUNI). Essa resolução aprovada visa assegurar o direito de estudantes, servidores e visitantes de utilizarem banheiros e demais espaços segregados por gênero na UFPB de acordo com sua identidade de gênero autodeclarada, independentemente do seu registro civil.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo contextualizar as narrativas de violências cotidianas sofridas na utilização de banheiros por parte da população trans, travesti e não binária na UFPB, bem como, historicizar a luta na construção política e aprovação da minuta de utilização de banheiros de acordo com a identidade de gênero autodeclarada. Uma implementação institucional recente que ainda enfrenta uma série de desafios para ser de fato efetivada.

A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE DISPUTAS: NARRATIVAS, TEÓRICAS E POLÍTICAS

O ambiente universitário, frequentemente idealizado como um espaço de desenvolvimento intelectual e crescimento pessoal é, na realidade, um microcosmo

das disputas sociais mais amplas. As universidades, como instituições que refletem e influenciam a sociedade, são arenas onde diferentes ideias, narrativas e práticas políticas entram em conflito cotidianamente. Esse espaço de disputas é marcado por confrontos que se manifestam nas políticas institucionais, nas interações sociais e nas práticas culturais.

As disputas teóricas no ambiente universitário envolvem a contestação de ideias e a luta pelo reconhecimento de diferentes epistemologias. As teorias *queer*, por exemplo, desafiam as normas estabelecidas pela cisgeneridade e propõem novas formas de entender e experienciar o gênero. Tais teorias não apenas questionam as bases tradicionais do conhecimento, mas também propõem uma reconceituação das identidades e das relações de poder. Este embate teórico é crucial para a evolução do pensamento acadêmico e para a inclusão de perspectivas marginalizadas.

Nesse contexto de disputas teóricas, é importante mencionar que as universidades, muitas vezes, funcionam como guardiãs de conhecimentos tradicionais e normativos, resistindo às mudanças que desafiam o *status quo*. Teóricos como Judith Butler, Michel Foucault, Paul Preciado e Jota Mombaça têm sido fundamentais na desconstrução das noções de gênero, sexo e sexualidade, proporcionando um novo entendimento sobre essas categorias.

As narrativas dominantes nas universidades refletem e perpetuam as desigualdades sociais. A presença e a visibilidade de pessoas trans, travestis e não binárias são frequentemente limitadas ou distorcidas por narrativas dominantes que privilegiam a cisgeneridade e a heteronormatividade. As disputas narrativas envolvem a luta pelo espaço para contar histórias diversas e validar as experiências de grupos historicamente marginalizados. Esse processo é essencial para a construção de uma compreensão mais completa e justa das diversas experiências humanas.

As narrativas dominantes nas universidades excluem e marginalizam as vozes dissidentes. Isso se manifesta em currículos que não contemplam a diversidade de experiências de gêneros e sexualidades e em ambientes onde a discriminação e a violência são naturalizadas. A inclusão de narrativas trans, travestis e não binárias nos espaços acadêmicos não é apenas uma questão de representação, mas também de justiça epistemológica. Garantir isso é um passo crucial para dismantelar as estruturas de poder que perpetuam a exclusão.

O ambiente universitário também é um espaço de intensas disputas políticas que refletem as tensões mais amplas da sociedade. Assim, políticas institucionais relacionadas à diversidade, inclusão e direitos humanos são frequentemente contestadas. Movimentos estudantis e coletivos ativistas desempenham um papel fundamental na promoção de mudanças políticas e institucionais, desafiando normas estabelecidas e lutando por políticas inclusivas. Esses embates, na maioria das vezes, enfrentam resistências tanto de dentro quanto de fora da universidade. E, as decisões tomadas nessas disputas têm impactos profundos na vida dos indivíduos e na cultura institucional.

Além de serem espaços de disputas, as universidades têm um papel crucial na transformação social. Por meio do tripé – pesquisa, ensino e extensão – elas se constituem como centros de produção de conhecimento, de formação de futuros profissionais e de disseminação de novas teorias e práticas, promovendo um entendimento mais profundo de importantes questões sociais, o que lhes confere uma responsabilidade especial na promoção de valores de inclusão e de respeito às diferenças. Assim, as transformações políticas institucionais das universidades têm um efeito cascata, influenciando outras instituições e a sociedade como um todo.

Diante disso, reconhecer as disputas narrativas, teóricas e políticas que ocorrem localmente na UFPB no que se refere às questões de gênero e sexualidade, é fundamental para entendermos as lutas por reconhecimento e direitos básicos que são emblemáticas socialmente e oferecem *insights* valiosos para a transformação de perspectiva de outras instituições educacionais de forma mais ampla no que se refere a essa temática.

Porém, para que as universidades cumpram seu papel transformador, é necessária uma disposição constante para enfrentar e superar as resistências culturais e políticas que surgem nesse processo de negociação de teorias e narrativas diversas. E isso inclui o debate a respeito das vivências e desafios por que passam as pessoas trans, travestis e não binárias (a partir delas e com elas) dentro dessas instituições.

VIVÊNCIAS DE PESSOAS TRANS, TRAVESTIS E NÃO BINÁRIAS NAS UNIVERSIDADES

A vivência de pessoas trans, travestis e não binárias no ambiente acadêmico é marcada por desafios significativos que afetam suas existências nesses locais. A falta de políticas inclusivas, o preconceito e a discriminação tornam suas experiências extremamente difíceis. Entender como essas corpos⁶ vivenciam a universidade é fundamental para identificar os obstáculos enfrentados e promover mudanças que assegurem direitos, dignidade e, conseqüentemente, suas permanências nas instituições universitárias.

A permanência de tais pessoas nas universidades está diretamente ligada à capacidade dessas instituições de criar um ambiente acolhedor e seguro. No entanto, muitas relatam experiências de exclusão, assédio e violência, tanto por parte de colegas, quanto de professores e funcionários. Esses desafios começam na admissão (matrícula), onde o processo burocrático pode não reconhecer a identidade de gênero autodeclarada e, continuam no cotidiano universitário, onde seus nomes e pronomes com o qual se identificam, na maioria das vezes, não são respeitados.

Além disso, a ausência de apoio institucional adequado, tais como serviços de saúde mental sensíveis às questões de gêneros dissidentes, grupos de apoio, ou ainda, políticas afirmativas específicas para essa população, agravam ainda mais a situação. A falta de referência de professores e servidores trans, travestis e não binários também contribui para a sensação de isolamento, solidão e desamparo. O que resulta em uma taxa de evasão alarmante entre esses estudantes, quando não abandonam os estudos ainda no ensino básico devido ao ambiente hostil que lhes é dado desde lá. Para a socióloga Berenice Bento (2011), o termo mais adequado para descrever esse fenômeno seria *expulsão* e não *evasão*, visto que pessoas trans são forçadas sistemicamente a deixar a educação básica e, conseqüentemente, não acessam o ensino médio/superior.

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão”. No

⁶ Neste artigo, optamos por utilizar o termo “corpos” como demarcação linguística transgressora de gênero, jogando luz sobre corpos transvestigêneres quando eles estão no centro da ação.

entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia (Bento, 2011, p. 555).

Esses processos de violência e exclusões impedem pessoas trans, travestis e não binárias de participar plenamente do ambiente educacional. Atentemos que as violências que aqui falamos podem ser tanto físicas quanto simbólicas. No que se refere às violências simbólicas, incluem-se principalmente a negação de identidades, a patologização das experiências trans, travestis e não binárias e a perpetuação de estereótipos e preconceitos que, muitas vezes, acarretam em violências físicas que partem da necessidade de humilhação e/ou eliminação/exterminação do outro (aquele que é diferente/*outsider*) como algo necessário para se manter o que já está estabelecido como norma. Essas formas de violências possuem um impacto profundo na saúde mental e emocional das pessoas que delas são vítimas, comprometendo a capacidade de engajar e prosperar academicamente. Essa exclusão não só afeta a saúde mental e emocional, mas também limita, de forma contundente, as oportunidades de desenvolvimento intelectual.

É preciso lembrar que as vivências dissidentes de sexo e gênero nas universidades são uma questão complexa que envolvem múltiplos níveis de exclusão e discriminação não completamente elencados aqui. No entanto, as resistências e as lutas contínuas dessas corpos demonstram possibilidades reais de mudanças. É essencial que as universidades negociem políticas de inclusão e de permanência que reconheçam e abordem as necessidades específicas de estudantes trans, travestis e não binárias.

Um dos aspectos mais críticos das vivências trans nas universidades é a utilização de banheiros. O simples ato de usar um banheiro pode se transformar em uma fonte de ansiedade e medo devido à possibilidade de confrontos, humilhações e violências. A não aceitação do uso de banheiros que correspondem à identidade de gênero autodeclarada é um desenho de discriminação e exclusão da forma mais perversa socialmente. Preciado (2019), em suas reflexões, aponta como os banheiros públicos são espaços de reafirmação das normas de gênero cisheteronormativas. Ele argumenta

que os banheiros, ao serem segregados por gênero, servem como mecanismos de controle que reforçam categorias binárias de gênero e excluem aquelas que não se conformam a essas normas, tornando o ato de usar o banheiro uma batalha diária, cansativa e adoecedora. E assim, o espaço acadêmico, que deveria ser um ambiente de aprendizado e crescimento, se transforma em um local de violências e exclusões.

Apesar dos desafios, as corpas acadêmicas trans, travestis e não binárias têm se engajado e se jogado em lutas e resistências importantes e significativas dentro das universidades na busca por sobrevivência. Projetos como a Cine Trava (UFPB) são exemplos de como a organização coletiva pode levar a mudanças concretas. Ele (o projeto Cine Trava) é composto, em sua grande maioria, por estudantes trans, travestis e não binárias de diferentes cursos de graduação e pós-graduação. Algumas das integrantes desse projeto é quem escrevem este artigo. A Cine Trava, em colaboração com outros coletivos da referida universidade (COMU e NEP), conseguiu elaborar e aprovar uma medida que garante o direito de todo estudante de usar banheiros e outros espaços segregados por gênero de acordo com a sua identidade de gênero autodeclarada. Essa vitória é um marco na luta por direitos básicos e demonstra a importância da ação coletiva, do ativismo e do artivismo dentro das instituições educacionais.

BANHEIROS PÚBLICOS: QUAL O GÊNERO DO SEU MIJO?

Privada: o privado que é público. O que e quem cabe no banheiro da universidade pública?

No dia 14 de outubro de 2022, uma estudante trans da UFPB e extensionista do projeto de extensão Cine Trava, que vamos chamar aqui pelo pseudônimo de Fernanda, na intenção de preservar sua identidade, ao tentar fazer uso de um dos banheiros femininos desta universidade, foi impedida e retirada de dentro do banheiro por uma funcionária terceirizada a mando de seu superior. Ambos exigiram que ela se retirasse do banheiro feminino, tratando-a no masculino e colocando-a em situação vexatória. A estudante foi levada para uma sala administrativa, quando pegou o celular para se proteger e gravar (em áudio) a situação que ocorria, abrindo o primeiro grupo de whatsapp que conseguiu visualizar e que, segundo ela, se sentia segura naquele momento: o grupo da Cine Trava. Lá, ela iniciou a gravação do

áudio. Acompanhamos (integrantes do grupo da Cine Trava) o áudio de Fernanda exigindo dos funcionários que a abordavam ser chamada no feminino e afirmando que tinha direito de usar o banheiro de acordo com sua identidade de gênero: “estou sendo discriminada, vocês vão respeitar o meu pronome (ela/dela), é uma coisa simples e básica. Eu não preciso de carteira social pra usar o banheiro feminino, é o que eu falo, é o que eu sou, é lei, moço, é lei!”. Em segundo plano, a voz do servidor surge exigindo que Fernanda comprovasse que era uma mulher através do que ele chamava de “carteira social” e, na sequência, dizendo que ser uma pessoa trans não a tornava mulher: “Você é uma pessoa trans, mulher você não é!”. O áudio termina com Fernanda falando que teve um direito seu negado, que os funcionários estavam sendo transfóbicos e que iria procurar dispositivos legais: “você me ofendeu, você me invalidou, me chamou no masculino e mandou que me retirassem do banheiro no momento que eu estava fazendo uso dele, nossa conversa termina por aqui e você vai responder por isso”.

A estudante abriu um boletim de ocorrência e o processo de transfobia segue na justiça. Dias depois, o caso ganhou repercussão na mídia e houve reação da comunidade acadêmica LGBTQIAPN+ que realizou atos contra as situações de transfobia constantes dentro da universidade. Cartazes indicativos de banheiros inclusivos quanto ao gênero com o qual cada pessoa se identifica foram afixados em alguns banheiros masculinos e femininos de dois campi da UFPB: o campus I (na cidade de João Pessoa, capital) e o campus IV (na cidade de Rio Tinto, litoral norte do estado da PB). Tais cartazes, em sua maioria, foram arrancados nos dias seguintes aos atos.

Naquele ano (2022), treze universidades brasileiras já haviam adotado oficialmente banheiros livres de gênero como política de inclusão, eram elas: UFPI (Universidade Federal do Piauí), UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), UFF (Universidade Federal Fluminense), UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia), UFABC - Universidade Federal do ABC, UFPR - Universidade Federal do Paraná, UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, USP - Universidade Federal de São Paulo, UNB - Universidade de Brasília, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Juiz de Fora e Universidade Federal do Vale do São

Francisco. Cada uma dessas universidades adotou diferentes modelos – algumas optaram por criar banheiros a mais (livres de determinação de gênero para seu uso), mas permaneceram com os banheiros masculinos e femininos, podendo a pessoa escolher onde se sentisse mais à vontade – outras universidades optaram por adotar o uso de placas inclusivas em todos os banheiros da instituição. Já a Universidade Federal do Espírito Santo, a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Universidade Federal do Vale do São Francisco foram além e criaram resoluções específicas para garantir o direito de uso do banheiro de acordo com o gênero com o qual cada pessoa se identifica.

E, foi com base nessas movimentações nacionais e resoluções já criadas que a Cine Trava iniciou, ainda no ano de 2022, após a situação de transfobia vivida por Fernanda, o processo de escrita coletiva de uma minuta para a construção da resolução de uso de banheiro no âmbito da UFPB. Esta foi aprovada apenas em 18 de dezembro de 2023 pelo conselho universitário, com um prazo de 90 (noventa) dias para que as medidas necessárias para o cumprimento da resolução fossem colocadas em prática em todos os campi da referida universidade. Essa vitória representa um marco importante na luta por direitos e reconhecimento dentro da universidade, mas ela não se encerra aqui. Importante lembrar que não é só uma resolução de determinação de uso de placas inclusivas nos banheiros dentro de uma universidade que irá garantir a não violência contra estudantes, funcionários, professores e demais pessoas trans, travestis e não binárias que frequentam a instituição.

A luta pelo direito ao uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero tornou-se um aspecto central das mobilizações por parte do projeto Cine Trava nos anos subsequentes à situação de transfobia vivida por Fernanda. Mas, o projeto já realizava, desde sua fundação em 2018, campanhas de conscientização, debates, oficinas e eventos para discutir a importância do respeito às identidades de gênero e os direitos das pessoas trans, travestis e não binárias.

Na UFPB, assim como em muitas outras universidades brasileiras, pessoas trans, travestis e não binárias relatam experiências de medo e humilhação ao tentar usar os banheiros que correspondem à sua identidade de gênero. Esses relatos incluem desde olhares de reprovação e comentários ofensivos até situações vexatórias mais diretas e agressões físicas. Relatos de estudantes que foram obrigadas a sair

de banheiros por seguranças ou colegas mostram a gravidade do problema. A ausência de políticas educativas e inclusivas sobre o uso de banheiros contribui para um ambiente de insegurança constante. A falta de suporte institucional agrava a situação, deixando as estudantes sem recursos para denunciar e combater a discriminação. Essas experiências destacam a vulnerabilidade em que essas pessoas se encontram dentro das instituições, bem como a necessidade urgente de ações concretas para proteger seus direitos.

Para entender as violências enfrentadas por pessoas trans, travestis e não binárias em espaços públicos é fundamental recorrer a teorias críticas de gênero e poder. Foucault (2001), em sua análise das instituições e do poder disciplinar, destaca como os corpos são regulados e controlados (numa perspectiva de normalização) através de práticas discursivas e não discursivas: uma penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares, capaz de comparar, diferenciar, hierarquizar, homogeneizar e excluir (o que não se enquadra). Essa perspectiva é útil para compreendermos como os banheiros funcionam como mecanismos de controle social que normalizam de forma irreal condutas de gênero. A filósofa Judith Butler (2018), por sua vez, argumenta que o gênero é performativo, o que significa que ele é continuamente produzido e reproduzido através de atos repetitivos. No contexto dos banheiros, as expectativas sociais sobre a conformidade de gênero são reiteradas e qualquer desvio dessas normas é punido através de diversas formas de violências. Para Butler, essas violências não são apenas físicas, mas também simbólicas, manifestando-se através da exclusão e do silenciamento de identidades não conformes.

Lembremos que pessoas trans, travestis e não binárias têm enfrentado uma série de violências e exclusões sistemáticas ao longo da história, tanto em espaços públicos quanto privados. No contexto brasileiro, essas violências são agravadas por uma sociedade que, historicamente, marginaliza e criminaliza as identidades não conformes com as normas cis-heteronormativas. A utilização de banheiros é um exemplo nítido dessa marginalização, onde a negação do direito básico de acessar um espaço seguro reflete a discriminação generalizada contra essa população.

As questões que inter-relacionam identidades de gênero, poder disciplinar e espaços públicos têm sido objetos de intensas reflexões teóricas e sociais nas

últimas décadas, oferecendo *insights* críticos importantes para se pensar em como a arquitetura dos lugares pode ser utilizada para reforçar (ou não) as normas binárias de gênero. Essas reflexões também são fundamentais para entender as experiências dissidentes de gênero nas universidades e a importância das lutas por espaços verdadeiramente inclusivos e seguros para todas as pessoas, promovendo transformações estruturais nas instituições acadêmicas.

Essas reflexões oferecem uma compreensão crítica de como os espaços públicos e acadêmicos são utilizados para reforçar normas de gênero e perpetuar a exclusão de pessoas trans, travestis e não binárias. A transformação dos espaços físicos nas universidades é crucial para combater a discriminação e a violência.

Preciado (2019) alerta que a estrutura da sociedade é mantida de maneira a perpetuar as normas binárias de gênero. Ele argumenta que os banheiros públicos, vistos como meros locais físicos e funcionais são, na verdade, espaços arquitetônicos que desempenham um papel crucial na reafirmação e reprodução dessas normas. Estes, são algo muito além de simples locais de despejo de dejetos, são principalmente, espaços arquitetônicos construídos a partir de uma “máquina-capital-heterossexual”. Segundo o autor, os banheiros segregados por gênero são um mecanismo de controle que reforça a ideia de que há apenas dois gêneros fixos e distintos. Portanto, os banheiros não são neutros; eles são projetados e mantidos para garantir a conformidade com as expectativas de gênero da sociedade. Para as pessoas trans, travestis e não binárias, a utilização de banheiros públicos se transforma em experiências de vigilâncias e policiamentos, onde suas identidades são constantemente questionadas e desafiadas. Essa situação não apenas causa um óbvio desconforto físico, mas também, perpetua a exclusão e a marginalização dessas corpos que, muitas vezes, evitam a utilização destes banheiros até a exaustão do corpo.

A conquista na aprovação da resolução que permite o uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero autodeclarada na UFPB pode ser analisada à luz das teorias de mudança social e de direitos humanos. Segundo a filósofa Nancy Fraser (2001), a luta por reconhecimento é tão importante quanto a luta por redistribuição. Para Fraser, o reconhecimento de identidades marginalizadas é fundamental para a justiça social. Além disso, a teoria de resistência do cientista político James Scott (2002), que discute como os grupos subalternos utilizam *armas dos*

fracos para desafiar o poder hegemônico, é relevante para entender a estratégia dos coletivos trans, travestis e não binários. Assim, a mobilização através de projetos de extensão, campanhas de conscientização e articulação com outros movimentos sociais demonstra como a resistência cotidiana pode levar a mudanças significativas.

Além disso, é necessário promover uma cultura institucional que valorize a diversidade e o respeito mútuo. Isso pode ser alcançado através de treinamentos de sensibilidade de gênero para professores, funcionários e estudantes; além da criação de grupos de apoio e visibilidade de lideranças trans, travestis e não binárias dentro da universidade. Bem como, é fundamental a inclusão de perspectivas de debate de gênero nos currículos e nas pesquisas acadêmicas de forma ampliada.

Estas medidas não só melhoram as experiências sociais e relacionais das pessoas, mas também, enriquecem o ambiente universitário como um todo, promovendo um espaço mais justo para todas.

A transformação dos espaços físicos e simbólicos nas universidades, tal como o banheiro, não é apenas uma questão de justiça, mas também, uma oportunidade para promover a diversidade e a inovação intelectual.

A LUTA PELO DIREITO AO USO DE BANHEIROS NA UFPB

A luta pelo direito ao uso de banheiros conforme a identidade de gênero autodeclarada é emblemática nas batalhas mais amplas travadas pela comunidade trans, travesti e não binária em instituições de ensino superior.

A mobilização para garantir o direito ao uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero na UFPB foi impulsionada, como já relatado, por coletivos de estudantes e projetos de extensão, com destaque para o projeto Cine Trava, o NEP e o COMU. Esses dois projetos e o comitê desempenharam um papel crucial na conscientização, tanto dos conselheiros como da comunidade acadêmica mais ampla, antes da votação da resolução dos banheiros, sobre as questões enfrentadas pela população trans, travesti e não binária na universidade. A Cine Trava, por sua vez, organizou uma série de atividades, incluindo exposições de filmes, debates e oficinas, que abordaram temáticas ligadas à identidade de gênero e aos direitos das pessoas trans. Essas atividades não só seguiram na tentativa de educar a comunidade universitária sobre as dificuldades enfrentadas cotidianamente pelas estudantes trans,

travestis e não binárias, mas também, criaram um espaço de apoio e solidariedade. Através de parcerias com outros coletivos e grupos de direitos humanos, a Cine Trava ampliou o alcance de suas ações, uniu pessoas trans, travestis e não binárias de diferentes cursos e campi e fortaleceu a mobilização coletiva.

Um dos aspectos mais desafiadores da luta pelo direito ao uso de banheiros na UFPB foi a necessidade de estabelecer um diálogo efetivo com a administração universitária. As ativistas enfrentaram resistências que, muitas vezes, se manifestaram na forma de indiferença ou oposição. Foram necessárias verdadeiras estratégias de combate e de negociação para que os processos burocráticos andassem (mesmo que a passos lentos).

A criação de um diálogo estratégico envolveu, entre outras coisas, a apresentação de dados e relatos sobre as violências e as discriminações sofridas por estudantes trans, travestis e não binárias bem como, a proposição de políticas inclusivas baseadas em exemplos de sucesso de outras instituições que já haviam implementado mudanças semelhantes com relação ao uso de banheiros. Esse processo de engajamento com os conselheiros foi crucial para a elaboração e aprovação de uma política que garantisse o direito ao uso de banheiros conforme a identidade de gênero autodeclarada.

Assim, em dezembro de 2023, após um longo processo de negociação, o CONSUNI da Universidade Federal da Paraíba aprovou a resolução nº 01/2024 que assegura o direito de estudantes, servidores e visitantes utilizarem banheiros e demais espaços segregados por gênero de acordo com sua identidade de gênero autodeclarada, independentemente do registro civil. Esta medida representa uma conquista histórica para a comunidade trans, travesti e não binária na universidade e estabelece um novo precedente importante para outras instituições de ensino superior no Brasil.

A aprovação da proposta de minuta (transformada em resolução) tem várias implicações. Em primeiro lugar, ela formaliza o reconhecimento institucional das identidades de gênero autodeclaradas, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso. Em segundo lugar, a política serve como um instrumento de proteção contra discriminações e violências, criando um espaço mais seguro para todas as pessoas da comunidade universitária. Por fim, a medida incentiva outras

universidades a adotarem políticas similares, contribuindo para uma transformação mais ampla nas instituições de ensino superior.

Embora isso represente um avanço significativo, a implementação efetiva dessa política enfrenta desafios. A resistência cultural e institucional ainda pode manifestar-se de diversas formas, desde a falta de cumprimento da política por parte de alguns membros da comunidade universitária incluindo da administração central, responsável por implementar a política, afixando cartazes e promovendo debates formativos, até a necessidade de contínua educação e sensibilização mais ampla sobre questões de gênero. Apesar da resolução ter sido aprovada em dezembro de 2023, ela foi publicada apenas em março de 2024 depois da pressão de conselheiras/os, demonstrando a resistência burocrática em aplicar as determinações do CONSUNI. É importante frisar também que este artigo está sendo escrito em dezembro de 2024 e, até agora, não foram afixadas as placas definitivas de identificação em todos os banheiros de todos os campi da universidade, que estavam previstas para serem instaladas em, no máximo, três meses após publicação da resolução.

Art. 2º Serão fixados cartazes e outros instrumentos de sinalização visíveis e acessíveis, pelos setores de gestão, em todos os campi da UFPB, indicando que o acesso aos locais previstos no caput do art. 1º respeitará a identidade de gênero autodeclarada do(a) usuário(a).

Parágrafo único. Competirá à Proex representada neste ato pelo Comitê de políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres a elaboração do conteúdo dos cartazes e instrumentos de sinalização referente ao caput.

Art. 3º A UFPB deverá promover ações educativas e de capacitação a servidores e terceirizados, bem como de ensino, pesquisa e extensão que favoreçam a cultura e respeito à diversidade de gêneros e de sexualidade na instituição, contribuindo para a superação de preconceitos e violação de direitos humanos e para conscientização da necessidade da medida inclusiva adotada (CONSUNI/UFPB, março/2024).

A continuidade do trabalho dos coletivos e projetos de extensão engajados nessa questão é essencial para garantir que a política aprovada seja aplicada de maneira eficaz. Bem como, é fundamental a disposição política da administração central para realizar as determinações da resolução, que incluem: atividades educativas; fixação de placas de orientação da resolução nos banheiros; monitoramento e implementação; oferecimento de treinamentos e *workshops* para funcionários e estudantes; além de manter um canal aberto de comunicação com a administração universitária para resolver quaisquer problemas que surjam nesse processo.

Apesar das conquistas, é crucial ampliar as discussões sobre outros direitos e necessidades da comunidade trans, travesti e não binária da universidade, incluindo questões de saúde, suporte psicológico, inclusão e permanência acadêmica através das cotas trans e política de assistência estudantil específicas. A luta pelo uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero é apenas uma pequena parte de um movimento que deve ser muito mais amplo por reconhecimento e igualdade de direitos.

A luta pelo direito ao uso de banheiros na UFPB é um exemplo poderoso de como a mobilização coletiva e o ativismo podem levar a mudanças institucionais significativas. Através da persistência e da articulação coletiva e estratégica. Essa conquista demonstra a importância do trabalho contínuo de conscientização e advocacia, e destaca a necessidade de um compromisso contínuo por parte das instituições e de seus atores sociais para garantir a implementação eficaz de políticas inclusivas.

A política de inclusão de banheiros na UFPB teve um impacto imediato e positivo na vida das pessoas trans, travestis e não binárias. A possibilidade de utilizar banheiros que correspondem à sua identidade de gênero reduz significativamente o estresse e a ansiedade. Antes da implementação da política, muitas evitavam usar os banheiros da instituição, o que afetava negativamente suas saúdes e seus desempenhos acadêmicos. Com a nova política, é possível usar os banheiros com um pouco mais de resguardo institucional.

A adoção da política de banheiros inclusivos também impacta a cultura institucional da UFPB. Ao adotar essa postura mais inclusiva, a universidade valoriza a diversidade e se compromete com a promoção de um ambiente de respeito e igualdade. Isso pode influenciar outras áreas da instituição, promovendo discussões mais amplas sobre inclusão. Treinamentos e oficinas de sensibilização sobre questões de gênero podem ser ampliadas, promovendo uma cultura de respeito e compreensão. A política de banheiros pode servir como um catalisador para outras iniciativas, tais como a implementação de cotas para pessoas trans e a criação de espaços de apoio para estudantes LGBTQIAPN+.

A possibilidade de utilizar banheiros de acordo com a identidade de gênero tem um impacto profundo na saúde mental e no bem-estar das pessoas trans, travestis e não binárias. A constante vigilância e o medo de discriminação ao usar

banheiros públicos podem levar a níveis elevados de estresse, ansiedade e depressão. A implementação da política inclusiva na UFPB ajuda a aliviar esses sentimentos, proporcionando um ambiente minimamente mais seguro e acolhedor. Políticas inclusivas estão associadas a melhores resultados de saúde mental entre pessoas trans, travestis e não binárias. Ao reduzir as barreiras e a discriminação, a UFPB está promovendo um ambiente onde estudantes podem se concentrar em suas atividades acadêmicas e sociais sem a constante preocupação com sua segurança e aceitação.

Embora a política de banheiros inclusivos represente um grande avanço, sua implementação completa e sustentada ainda enfrenta desafios. A resistência cultural e institucional está ativa e é necessário um esforço contínuo para garantir que a política seja aplicada de forma consistente. Isso inclui a necessidade de monitoramento contínuo e *feedback* da comunidade para identificar e resolver problemas que possam surgir. A educação e a sensibilização são fundamentais para superar resistências e garantir que mais pessoas compreendam a importância da política. E, tal como dito anteriormente, treinamentos regulares para funcionários e campanhas de conscientização para estudantes podem ajudar a consolidar a mudança cultural necessária para que a política tenha sucesso a longo prazo.

Os efeitos positivos dessa política são evidentes na melhoria da saúde mental e bem-estar das pessoas trans, travestis e não binárias, na transformação da cultura institucional e na percepção pública da UFPB como uma instituição progressista e inclusiva. É essencial manter o compromisso com a implementação efetiva e sustentável da política, enfrentando os desafios com a educação e a sensibilização contínua. Essa conquista é um exemplo poderoso de como a mobilização e o ativismo podem levar a mudanças significativas em direção à inclusão e à justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pelo direito ao uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero na UFPB representa um marco significativo para a comunidade trans, travesti e não binária, além de simbolizar um avanço importante na busca por inclusão e justiça social dentro das instituições de ensino superior. A mobilização de projetos de extensão, como a Cine Trava e a articulação de outros coletivos e ativistas, foram fundamentais para que essa conquista se tornasse realidade, mostrando a força e a

determinação das corpos dissidentes em enfrentar e superar as barreiras impostas pela cisnormatividade.

A implementação da política inclusiva de banheiros na UFPB trouxe impactos imediatos e positivos, promovendo um ambiente mais seguro e acolhedor. A possibilidade de utilizar banheiros que correspondem à identidade de gênero auto-declarada reduz significativamente o estresse e a ansiedade, contribuindo para o bem-estar e saúde mental. Além disso, essa medida fortalece a autoestima e o senso de pertencimento, facilitando a permanência e o sucesso acadêmico das estudantes trans, travestis e não binárias.

A política de banheiros inclusivos também teve um efeito transformador na cultura institucional da UFPB, promovendo discussões mais amplas sobre inclusão e diversidade. Ao adotar uma postura inclusiva, a universidade demonstra seu compromisso com a promoção de um ambiente de respeito e igualdade, influenciando outras áreas da instituição e servindo de exemplo para outras universidades.

No entanto, a implementação efetiva e sustentada dessa política enfrenta desafios, incluindo a resistência cultural e institucional. É necessário um esforço contínuo de monitoramento, educação e sensibilização para garantir que a política seja aplicada de forma consistente e eficaz. A continuidade do trabalho dos coletivos e projetos de extensão é essencial para superar esses obstáculos e garantir que a política inclusiva se sustente ao longo do tempo.

Por fim, a política de banheiros inclusivos na UFPB é um exemplo poderoso de como a mobilização e o ativismo podem levar a mudanças significativas. Essa vitória não é apenas um marco para a comunidade trans, travesti e não binária, mas também um passo importante para toda a sociedade em direção à equidade e justiça social. A história da UFPB serve como inspiração, mostrando que é possível construir um ambiente educacional mais justo e inclusivo através do compromisso, da resistência e da solidariedade coletiva.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**. Florianópolis, p.549-559, maio-agosto/2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes. 2001.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.) **Democracia hoje**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

LIBERATO, Ayira. **É preciso esquecer que sou uma travesti**: sobre afetações trans do eu-só, ao eu-comunidade. Trabalho de conclusão de curso do Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

MOMBAÇA, Jota. Pode um cú mestiço falar. **Medium**. Jan 6, 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

PRECIADO, Paul B. Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino. Trad. de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. **Revista Performatus**. Inhumas, ano 7, n. 20, abr. 2019.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contra-sexual**: práticas subversivas de identidade sexual. 2. ed. Madrid: Opera Prima, 2017.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Campina Grande: Editora Raízes, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário.

Resolução nº 01/2024, de 25 de março de 2024. Dispõe sobre assegurar às pessoas travestis, transexuais, não binárias e transgêneras, o uso de banheiros e demais espaços segregados por gênero, de acordo com a identidade de gênero autodeclarada, independente do que conste em seus registros civis. João Pessoa: Conselho Universitário (CONSUNI), 2024. Disponível em:

<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:9d695ec6-db1b-46cc-be20-09da18f3c9e8>. Acesso em: 10 de junho de 2024.